



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE**  
**CONSELHO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO**

**ATA DA 387ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**LOCAL:** Sala de Reuniões Nº1211, 12º andar do Anexo do Palácio do Buriti, Brasília – DF.

**DATA:** 23 de maio de 2018.

**HORA:** 10h00min.

**Participantes:**

FÁBIO NEY DAMASCENO – Presidente, Conselheiros: EDSON JOSÉ VIEIRA – titular, representante da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP; EMERSON FREDERICO DE REZENDE ESTEVES – titular, representante do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF; MARCELO CONTREIRAS DE ALMEIDA DOURADO – titular, representante da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF; EVIS PERES DOS REIS – titular, representante da Associação de Cooperativas; MOISÉS DE LIMA E SILVA – suplente, representante das Empresas de Transporte de Passageiros e das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros – TRANSIT; MATTEUS DE PAULA FREITAS – suplente, representante da Confederação Nacional dos Transportes – CNT; CLÍSTONES LIVIO PEDREIRA – titular, representante da Federação das Indústrias de Brasília – FIBRA; MICHELLE ANDRADE – suplente, representante da Universidade de Brasília -UNB; RENATA FLORENTINO DE FARIA – 1ª titular, NAZARENO SPOSITO NETO STANISLAU AFFONSO e 2º titular, representantes da Comunidade; JOÃO OSÓRIO DA SILVA – titular, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Interestaduais, Especiais, Escolares, Turismo, e de Cargas do Distrito Federal – SITRATTER; ANA CLÁUDIA NUNES FIALHO RIBEIRO – suplente, representante dos Idosos; ANA CAROLINA FAVILLA COIMBRA – suplente, representante da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH; DAVI DE SOUZA GUEDES DA SILVA – suplente, representante das entidades dos Portadores de Doenças Crônicas.

**I – Assuntos Debatidos:**

O Sr. Presidente verificou o quórum e declarou aberta a sessão. **Item 1 da pauta – Posse dos membros titulares e suplentes** – O Sr. Presidente deu boas-vindas aos membros presentes, e agradeceu a presença de todos nesta primeira reunião, após quase 3 anos e meio de governo. Ele manifestou a alegria em reativar o CTPC para tratar, discutir e opinar sobre os temas de mobilidade. O Sr. Presidente reforçou que o Conselho de Transporte Público Coletivo tem o caráter consultivo, opinativo e participativo. Cabe acrescentar, que a Secretaria de Mobilidade vai levar em consideração tudo que for opinado ou deliberado nas reuniões. O Presidente deu posse a todos os membros titulares e suplentes presentes, os quais assinaram os respectivos termos de

20

18

posse. **Item 2 da pauta – Regimento Interno** – O Sr. Presidente informou que será encaminhado uma minuta de regimento interno, por e-mail, para que todos possam fazer as suas considerações, e, posteriormente, ser aprovado em reunião. **Item 3 da pauta – Assuntos Gerais da Mobilidade** – O Sr. Presidente informou que vai enviar os decretos e legislações correlatas ao CTPC. Na ocasião, ele também citou alguns temas; mobilidade ativa, bicicletas, ônibus, metrô, integração e bilhete único. Para o presidente, houve um avanço significativo no sistema de transporte público do Distrito Federal, depois de 15 anos de estagnação. Ele reforça a importância de projetos a curto, médio, e longo prazo. Ressalta ainda, que a Secretaria de Mobilidade melhorou os projetos de outras gestões com novas tecnologias. Segundo o presidente, a Mobilidade está no momento de buscar uma estabilização de planejamento, e que o CTPC tem este poder. Ele também abordou o problema que o Brasil passou na época da Copa, com o PAC, período em que não existiam projetos. Em função disso, não tinha como liberar recurso, quem tinha executou o projeto, quem não tinha não pode fazer obra. Com isso, muitos recursos não foram utilizados. Nesse sentido, propôs **alteração no Decreto que criou o CTPC** que opina sobre as matérias previstas na Lei nº 4.011/2017. Propondo-se a possibilidade de opinar sobre o desenvolvimento e implantação das políticas de mobilidade e transporte urbano no Distrito Federal - Mobilidade ativa, idosos, pessoas com deficiência - abarcando todos os modais de transporte e mobilidade. Sendo assim, o Sr. Presidente propõe e todos concordam. Sr. Marcelo Dourado, sugeriu que seja inserido a discussão do transporte urbano e semi urbano, mas o Sr. Presidente informa que quando se diz mobilidade e transporte, já está contemplado o urbano e semi urbano. Alegou ainda, que na composição do Conselho não tem representante do entorno, que pode ser convidado a qualquer tempo e assim ficou pacificado a proposta de alteração no Decreto. O Sr. Presidente relatou a importância do **bilhete único e bicicletas compartilhadas** para integração do DF. Agradeceu, ainda, a UnB e compartilhou o recorde do mês de abril/18 que atingiu 35 mil viagens no mês. A estação mais utilizada é de moradias próximas a UnB na quadra 406 norte. Informou sobre o lançamento ocorrido no dia 22/05/2018 de mais duas estações, sendo uma 408/409 e outra na 410/411 da Asa Norte. Neste momento, o Sr. Dênis de Moura Soares mostrou a reportagem da Agência Brasília sobre as reportadas entregas. Citou que ao assumir em 2015 tinha 19 estações e hoje temos 47 estações. Ou seja, dobramos o número de estações e também o uso de bicicletas compartilhadas. Atualmente, temos quase 180.000 pessoas cadastradas neste sistema. O Sr. Presidente falou sobre questão da **periodicidade** das reuniões do CTPC. Ficou acordado que as próximas serão em junho e julho/2018. Ainda não foi definida a frequência dos encontros. A Sra. Ana Claudia sugeriu que fosse programado com antecedência as reuniões e até que fossem publicadas no DODF. O Sr. Presidente colocou dois temas em discussão para aprovação: sobre **layout e pintura da frota**. Haja vista, que em 2016 as empresas procuraram a Secretaria e propuseram um novo layout para toda a frota. Assim, a Secretaria aproveitou a integração dos ônibus, metrô, bicicletas, com objetivo de padronizar a frota, uma vez que o sistema é único. Embora tenha mais de uma empresa operando, todas têm que realizar o serviço no mesmo padrão de qualidade e sobre os **Reajustes da Tarifa Usuário em 2015 e 2016**. Através do Relatório da FGV, foi estabelecida uma metodologia utilizando o IQT (Índice

*[Handwritten signatures and initials in blue ink on the left margin]*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page]*

de Qualidade Técnica do Transporte). Cabe esclarecer, que a Secretaria está em treinamento para implantação do IQT, que será monitorado o horário de chegada dos ônibus, limpeza e outras qualidades na prestação de serviços, além da verificação das multas por Concessionária. Com isso, quando esse índice estiver implantado terá uma padronização do serviço, assim como já constatado o efeito positivo em outros estados, após a medição deste IQT. O que evita sanções previstas em contrato. O Sr. Presidente apresentou o conceito da marca "+ Brasília Integrada", em referência ao símbolo oficial da bandeira do Distrito Federal. O "+" é o sinal de positividade, e integração do sistema. O que reforça a ideia de que a mobilidade do DF está no rumo certo. Ainda sobre a marca, foi criado o +Urbano, +Expresso (BRT), +Bike (Programa de Bicicletas), +Metrô, +Rural que já tem 02 linhas implantadas com este novo layout, +Acessível que a ideia é ser lançado ainda este ano juntamente com a TCB. O +Acessível é um micro ônibus que transporta pessoas com deficiência, o +Executivo para o aeroporto, transporte diferenciado e já inserido em várias cidades do Brasil. O +Expresso foi implantado também, ressaltando a cor verde e prata que traz a questão da sustentabilidade. O +Urbano já foi implantado, começamos com 9 ônibus em fase experimental com Biodiesel B20. Sobre os ônibus operados com o combustível Biodiesel B20, foi informado ao Conselho que busca-se a edição de um decreto para que 100% da frota seja movida a biodiesel B20 e, com essa medida, ter uma cidade cada vez mais limpa e sem poluentes. Importante registrar a chegada de 50 ônibus +Urbano, pela Auto Viação Piracicabana. As cooperativas também já estão implantando o novo layout do +Urbano. Ainda sobre o +Acessível, a ideia é que a licitação saia e que se inicie com 20 ônibus equipados com elevador e toda a acessibilidade para os usuários portadores de deficiência severas, que inviabilizam o uso do benefício do cartão +Especial nos ônibus normais do DF. Com isso, uma nova família de pintura de ônibus foi montada conforme apresentação em slides. Inclusive, o +Urbano ganhou um prêmio metropolitano de melhor pintura em 2017. O metrô é um dos parceiros na implantação do bilhete único. Haja vista, que outras parcerias estão sendo desenvolvidas para uniformização do sistema para que as pessoas se sintam inseridas dentro do processo de transporte. O Sr. Presidente falou, também, sobre os táxis acessíveis. Informou que está sendo lançado o edital para 100 autorizações de táxis acessíveis com elevadores. Brasília é a única capital que ainda não tem este tipo de táxi. Comentou, ainda, sobre o +Taxi Executivo, que já está sendo utilizado no aeroporto. Em relação ao +Sustentável, já está sendo introduzido a frota com veículos movidos a biodiesel e elétrico. **O Sr. Presidente encerra a apresentação dos slides acerca do novo layout da frota e submete à aprovação dos Conselheiros, que aprovam por unanimidade.** O conselheiro Nazareno relembra a época em que foi Secretário de Transportes em que os ônibus eram branco e cinza, o que dificultava a visualização. As cores dos coletivos do entorno diferenciam com as cores do DF. Sr. Presidente informa que os ônibus do entorno ainda é da época do conselheiro Nazareno, com as mesmas pinturas e são os ônibus velhos de 20, 30 anos das empresas que perderam a licitação e passaram a utilizar nas linhas do entorno. Apresentou ainda imagens das pinturas atuais, divididas por empresas e que é necessário alterar a resolução atual com a padronização do sistema. Sendo assim, **foi aprovada por todos os membros presentes a nova Resolução.** A conselheira Michelle pediu a fala e começou agradecendo pela questão das

cores dos ônibus, pela percepção de que o sistema necessitava de uma identidade e confiança para os usuários ao utilizar o STPC. Ela ainda destacou três aspectos que acha relevantes expor na reunião: 1) Que foram sobre a segurança na circulação dos usuários no transporte público; 2) Quanto à comunicação com o usuário como, por exemplo, na chegada à rodoviária com orientações de onde pegar o ônibus, o tempo, evitando assim a insegurança e dando confiança ao usuário no do STPC; 3) o último aspecto sobre a comunicação do Governo no sentido de trazer o apoio da sociedade. Pois é, um elemento muito forte de conseguir o sucesso do sistema, levando outras camadas da sociedade a refletir sobre também deixar o carro em casa e utilizar o sistema de transporte público. O Sr. Presidente falou sobre o aspecto da comunicação com o usuário que já existe por parte das empresas uma campanha sobre isso. Sugeriu, inclusive, que fosse marcada uma apresentação sobre o tema e que a campanha prevê ações não só para os usuários, mas também para os funcionários das empresas, contemplando os 16 temas na campanha. O conselheiro Moisés confirmou que estão quase prontas para serem implantadas e divulgadas. O Sr. Presidente concordou com o aspecto da segurança levantado pela conselheira Michelle e essa ainda reforçou de que nessas campanhas haja uma aproximação do funcionário das empresas com o cidadão. O que traz para uma escala mais pessoal, mais humana, sem a frieza habitual. O Sr. Presidente falou sobre o conceito do MaaS (Mobility as a Service), um conceito mundial, tendo a mobilidade como um serviço, mostrando para população como ela pode fazer o seu transporte dentro do DF. Mostrando todos os trajetos possíveis, se ela utilizar bicicleta no primeiro trecho, se utilizar o aplicativo, se ela usar o troncal. Esse conceito já está sendo desenvolvido e trabalhado. Brasília é a primeira da América Latina a desenvolver o MaaS. Hoje só tem na Suíça, Londres e nós estamos trabalhando com esse conceito aqui no Distrito Federal. Já temos o planejamento. A conselheira Ana Claudia com o olhar dos Direitos Humanos, e mesmo sabendo que a padronização do sistema está em curso, abordou a importância de ser contemplado no layout campanhas sobre a questão do respeito ao público prioritário no sistema do transporte. O Sr. Presidente reforçou que o tema abordado estará nas campanhas e que hoje existe uma Lei em que todos os assentos são prioritários. O conselheiro Davi interpelou dizendo que as pessoas ainda não respeitam as pessoas com deficiência, o Sr. Presidente concordou e reforçou que a campanha das empresas será justamente para ser esse suporte de conscientização da população, e que junto ao DFTRANS está sendo preparado os cartões para os idosos. A medida é um grande ganho, pois assim terão mais assentos para utilizar. O conselheiro Moisés disse que a questão levantada pela conselheira Ana Claudia também está contemplada na campanha. O conselheiro Marcelo Dourado aproveitou para dizer que todos os trens já estão adesivados com informativo sobre a Lei citada acima. Registrou ainda, que está muito otimista com a reativação do Conselho. Disse que no mês de junho de 2018 o Metrô através do Governo de Brasília vai lançar o PDDT (Plano de Desenvolvimento do Transporte sobre Trilhos) para os próximos 20 anos para toda região metropolitana do Distrito Federal. Relatou que foram feitas muitas pesquisas, e que os resultados são preocupantes. Foi feito um diagnóstico da mobilidade no DF, OD (Origem/Destino), PMU, várias pesquisas, e foi feito um quadro comparativo de 1990 até 2018. O estudo aponta que a viagem por habitante em dia útil

aumentou de forma substancial aqui em Brasília. Entretanto, tem um dado muito grave o chamado motorizado individual subiu de 0,49 para 0,84, isso quer dizer que o habitante da grande região metropolitana de Brasília utiliza cada vez mais o transporte motorizado individual. O PDTU de 2011 sinaliza que se até 2020 não houver expansão dos trilhos em Brasília, nós teremos 86% das principais via do DF com a capacidade de utilização comprometida. Outra pauta levantada pelo conselheiro Marcelo Dourado foi sobre a questão ambiental. Ele citou como exemplo a estação fotovoltaica e que a estação da Guariroba ganhou um prêmio da ONU e que irão começar as obras na segunda estação que será em Samambaia Sul. Citou ainda, que é a primeira vez que uma cidade lança o plano voltado exclusivamente para os trilhos. Disse também, que a integração entre os modais ferroviários, rodoviários e principalmente a bicicleta tem que acontecer urgentemente, pois o modo de transporte individual motorizado cresceu absurdamente. Outra pesquisa foi sobre a satisfação e avaliação do usuário que mostra que não chega a 2% o acesso ao Metrô através das bicicletas, enquanto a média no mundo gira em torno de 18% a 25%. O que conclui que nós estamos literalmente na contra mão. Por isso, a integração tem que total a princípio com os ônibus, mas sem esquecer-se da bicicleta e com isso vai compor a equação de carga e da sustentabilidade efetiva, a mobilidade 100% limpa. Expressou ainda seu sentimento sobre a utilização do diesel que é o maior vilão do aquecimento global e ver com bons olhos utilização do biodiesel. Disse ainda, que deveria acabar com o uso do diesel e dos transportes motorizados movidos a diesel para o bem do planeta. Concluiu dizendo que integração com a matriz limpa é fundamental para discutir mobilidade limpa no futuro e esta é uma pauta que o CTPC deve levar para sociedade civil. O conselheiro Clístones disse que do ponto de vista das indústrias, do comércio, o uso do modo de transporte motorizado individual se dá devido aos desafios de utilizar o transporte de uma satélite para outra satélite, pois antigamente o fluxo dos trabalhadores concentrava-se no Plano Piloto. Citou ainda, que o fluxo da satélite para o Plano Piloto acontece muito através do sistema de transporte e pelo uso do vale transporte, do bilhete único, já da satélite para outra satélite o uso do transporte público é bem menor. Por isso, enfatizou a importância de se resolver esta questão levantada uma vez que a economia está descentralizada. O Sr. Presidente enfatizou que o atual sistema implantado ainda é antigo. Por isso, há estes gargalos na interligação de uma cidade para outra. O Bilhete Único e a relação da cidade com o terminal, onde você faz a conexão dele, seja por linha alimentadora, de bicicletas, de aplicativos, todo um processo que precisa de mobilidade que precisa ser feito dentro da cidade. O conselheiro Clístones relatou ainda sobre a questão de acolher bem os passageiros antes de entrar nos ônibus, dizendo que nossas paradas, hoje, não são acolhedores, e nem agradáveis, e isso de certa maneira faz com que o usuário deixe de usar o transporte público. O Sr. Presidente disse que a falta de previsibilidade dos ônibus também colabora para afastar o usuário das paradas. Por isso, o aplicativo +ônibus já está sendo implantado em algumas empresas. Com esta ferramenta, o passageiro pode acompanhar os horários dos ônibus. Sr. Dênis de Moura deu exemplo de uma tela com os horários de ônibus em Shopping, Hospitais e quando se faz isso diminui o número de pessoas no ponto e com isso aumenta a confiança e a previsibilidade, tornando o sistema atrativo, como disse a conselheira Michelle. O conselheiro Davi

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a vertical line, a scribble, and a circle.

Handwritten mark in blue ink at the bottom left corner.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature, a scribble, and several initials.

perguntou se já estão pensando em migrar o aplicativo +ônibus para os deficientes visuais, o Sr. Presidente respondeu que sim. O conselheiro João Osório pediu que o Sr. Presidente comentasse sobre duas medidas do Governo: a desativação da faixa exclusiva na Estrada Parque Núcleo Bandeirante – EPNB, e a desativação do fundo do transporte. O Sr. Presidente disse que o fundo de transporte estava sob gestão do DFTRANS. Ele justifica que quando houve a renovação dos contratos das cooperativas o fundo foi extinto. Com o objetivo de realizar a transferência de recursos atinentes às outorgas, bem como, realizar o parcelamento das outorgas. Ou seja, continua existindo, mas dentro do orçamento do DFTRANS. Tudo que vai para a autarquia continua sendo aplicado em mobilidade. Houve a extinção na regra geral, mas o recurso está no DFTRANS. A conselheira Renata perguntou quanto tinha no fundo, o Sr. Presidente disse que tinha cerca de R\$1.000.000,00. Em seguida perguntou qual era a fonte de arrecadação. Ele informou que o dinheiro das multas são as fontes de recurso. Ela indagou dizendo que só tinha um R\$1 milhão. Ele respondeu que sim, e que agora está sendo feito a arrecadação dos aplicativos que devem arrecadar R\$5.000.000,00 por ano. O conselheiro João Osório diz que o objetivo do Fundo de Transporte é que canalize todo recurso possível de áreas que não seja do usuário. Locação de espaços públicos, para que se tenha o recurso para utilizar no transporte, diminuindo assim, o custo para o usuário. O Sr. Presidente diz que pelo valor que tinha não seria possível utilizar para redução de tarifa para o usuário, pois arrecada muito pouco. O conselheiro Nazareno pediu a palavra para dizer que o Instituto MDT (Instituto do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para todos) fez uma nota técnica contra a extinção da faixa exclusiva da EPNB. Afirmou que a medida é um golpe contra a mobilidade sustentável do DF. Disse ainda, que a extinção pode abrir precedente para o resto do Brasil. Também colocou a sua visão que é contrária a do conselheiro Dourado. O conselheiro Nazareno disse que nós teríamos condições de suprir a demanda num nível de qualidade altíssima, e têm muitas medidas no escopo do Circula Brasília com vias exclusivas, dizendo que ônibus não é somente para alimentar o metrô. Pois este, não tem capacidade para receber a quantidade de usuários. Haja vista, que sua malha metroviária é de 43 km e 180.000 usuários por dia. Reforçou que está deixando a nota técnica, e o Sr. Presidente disse que irá enviá-la para o Governador, e todos os membros do Conselho. O conselheiro Nazareno demonstrou preocupação com a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), justo neste momento em que o MDT está fazendo um trabalho forte pela CIDE Municipal. O MDT quer acabar com a CIDE para abaixar o preço da gasolina, que já é tão subsidiada. Disse ainda, sobre a questão do automóvel que em sua época de Secretário tinha cerca de 650.000 veículos. As pessoas diziam que tinham congestionamento aqui em Brasília e a velocidade média chegava a 40 km/h. Na opinião dele, essa é a melhor velocidade que existe para fluidez do trânsito. Reforçou também a ideia de criar mais estacionamentos. Além disso, o conselheiro Nazareno falou sobre os estudos que a MDT fez sobre os últimos 10 anos do Sistema de Transporte Público no Distrito Federal. A pesquisa concluiu grandes deficiências no sistema. Dentro destes estudos tem, por exemplo, a quantidade de linhas diretas em Samambaia, sendo que poderia ser feito uma integração com o Metrô. Ou seja, é de extrema necessidade e urgência reorganizar o sistema,

para que de fato os corredores de ônibus funcionem. Disse ainda, que o bilhete único veio um pouco antes do que deveria vir, pois em sua visão, o correto seria reorganizar o sistema e depois implantar o bilhete. O Sr. Presidente disse, que mesmo assim, é possível reorganizar, como já foi feito em Planaltina. O conselheiro Nazareno reconheceu que, de fato, essa mudança foi positiva. Pois os usuários passaram a reconhecer que é mais rápido se deslocar até o terminal, e de lá seguir para o Plano Piloto, por exemplo. O conselheiro Clístones falou da importância de reorganizar, e assim incentivar os trabalhadores a fazer este tipo de integração. O conselheiro João Osório disse que as faixas exclusivas dão qualidade de trabalho, segurança, agilidade para o usuário. O Sr. Clístones lembrou também que já vivemos num passado recente que de um dia para o outro houve um decreto de alteração para desativar as faixas, como aconteceu em Sobradinho, Planaltina, e Santa Maria. Disse ainda, sobre os ataques que a Câmara Legislativa para mudar os horários das faixas. O Sr. Presidente aproveitou para dizer que a SEMOB conseguiu reverter essa solicitação. O conselheiro João Osório disse que tais atitudes contrariam às ações do governo na mobilidade do DF. Ele propôs que, por meio do CTPC, fosse feita uma manifestação. Todos concordaram. O Sr. Presidente disse que faria um texto balizado na nota técnica do MDT para encaminhar ao governo. O conselheiro Matteus deixou claro que a NTU apoia a priorização do transporte público e das faixas exclusivas para os ônibus. E sobre este posicionamento do Conselho em fazer uma manifestação, ele colocou a NTU a disposição, pois a NTU tem uma série de estudos sobre a priorização e faixas exclusivas. O Sr. Presidente registrou que a Secretaria já fez um relatório sobre a EPNB com vários destes estudos, e que hoje os ônibus transportam 67% da população que passa por lá. A conselheira Renata informa sobre um número que esta na nota técnica que 42 mil passageiros passavam por ali, e que de carro passavam 23 mil pessoas. O conselheiro Nazareno relatou sobre a questão do tempo, que a Urbi fez uma análise em 30 km, mesmo tendo apenas 10 km de faixa exclusiva na EPNB. De carro gasta-se 2 horas e de ônibus 1 hora. Ou seja, uma diferença considerável que este levantamento demonstra. O Sr. Presidente informa que a Secretaria de Mobilidade está desenvolvendo um Termo de Referência para estudo de ampliação da faixa exclusiva da EPNB até o Recanto das Emas. Inclusive, já tinha solicitado ao Ministério das Cidades 20 milhões de reais para executar o projeto. O conselheiro Nazareno pergunta o motivo pelo qual o DER não está no Conselho e o Sr. Presidente informa que o DER não é integrante do Conselho, mas que pode convidá-los para próxima reunião. O conselheiro Marcelo Dourado indagou também sobre a ausência do DFTRANS, o Sr. Presidente informou que este órgão faz parte do Conselho, que as indicações foram encaminhadas, posteriormente, mas que já estava em vias de ser publicado as indicações. O Sr. Presidente relatou que é pego de surpresa quando o Detran e DER cancelam as faixas exclusivas quando tem greve no metrô. Ele acha um contra senso. Já o conselheiro Dourado informou que também coloca mais trens em especial nos horários de pico. O Sr. Presidente diz que quando há greve as faixas exclusivas têm que permanecer, pois somente assim o transporte público será valorizado. Senão o efeito é ao contrário: mais ônibus parados nos congestionamentos. **O Sr. Presidente informa que tem um outro ponto importante que precisa apresentar, que foi bastante polêmico, mas que precisa avançar e ter isso finalizado que é**

B



 lli









sobre o aumento das tarifas nos anos de 2015 e 2016, no caso a tarifa-usuário, e por isso gostaria de apresentar as justificativas, o que foi feito, o que precisava ser feito, como a Secretaria assumiu o sistema de transporte público coletivo. O conselheiro Nazareno informa que durante os estudos feitos pela MDT o mais difícil foi entender o que foi licitado, e o Sr. Presidente disse que o ideal é apresentar o estudo da Fundação Getúlio Vargas – FGV, que pode esclarecer. O conselheiro Nazareno disse que será muito importante essa apresentação para a sociedade civil. O Sr. Presidente pediu para que fosse inserido para a próxima reunião a apresentação desses estudos. O Sr. Presidente esclareceu que a tarifa-usuário é diferente da tarifa-técnica. Apenas as cooperativas e os permissionários das linhas rurais recebem unicamente a tarifa-usuário. Ele relatou que as cooperativas estavam entregando a operação, tendo em vista que a tarifa-usuário estava extremamente defasada. O Sr. Presidente compartilhou uma preocupação do que está acontecendo atualmente: ações judiciais somam 1 bilhão e 400 milhões por conta da falta de reajustes na tarifa-usuário das empresas que recebiam esse tipo de tarifa. As empresas tinham contrato com o governo, elas eram balizadas no reajuste da tarifa-usuário. Como o governo não dava o reajuste na tarifa-usuário, sete anos se passaram, e agora as empresas estão entrando na justiça, e estão ganhando. O Sr. Presidente apresentou o aumento dos custos operacionais (diesel, salários), solicitações e necessidades de reequilíbrio econômico/financeiro (Cooperativas, Metrô e TCB). As solicitações foram feitas ao longo de 10 anos, e nada acontecia. Os reajustes não ocorriam. Os investimentos eram necessários. Os ônibus eram velhos. Sem os reajustes, ao contrário, se passaram 10 anos sem correção (2006-2015) - o que resultou no ingresso dessas ações judiciais. As gratuidades (PLE e PNE) subiram 33% das viagens, é o maior índice de gratuidade, subsídio elevado, que está hoje em 50% do custo do sistema, ou seja, se o sistema custa 1 bilhão e 200 milhões de reais, o governo paga 600 milhões de subsídios. O governo do DF estava reequilibrando as contas públicas e precisava fazer alguma coisa, pois não dava pra deixar do jeito que estava. O Sr. Presidente mostrou a variação dos índices econômicos no período (2006/2017) do qual os salários do motorista e do cobrador subiram 165%, o óleo diesel subiu 77%, o salário mínimo subiu 168% e a inflação INPC (90,91%), inflação IPCA (87,80%) e inflação IGP-M (96,34%) e que, entretanto, não houve qualquer reajuste da tarifa-usuário. O Sr. Presidente também apresentou a quantidade de viagens: em 2014 tivemos 366.096.813 de viagens no ano. Já em 2017, no auge da crise, tivemos uma queda de 5%. No ano passado registrou-se 347.011.239 viagens. Ou seja, perdemos passageiros e isso é ruim para o sistema. Mas tem outro dado relevante: o pagante em espécie caiu 38%, isso é importante, pois aumenta a segurança, tirou o dinheiro a bordo; o +Brasília Cidadã, que é o bilhete único, saltou 166%; o vale transporte caiu 21% e isso é ruim; as integrações aumentaram em 139%, ou seja, o bilhete único colaborou para isso. Números preocupantes, para Secretaria, foram em relação ao PNE, que saltou 22%, e PLE, que subiu 66%, em 03 anos, por isso medidas de restrição foram tomadas, com as escolas como parceiras (atualizando cadastros). Com isso, já houve redução de cartões estudantis de 300.000 chegando hoje a 200.000, número esse inferior a 2012 e a tendência é diminuir ainda em até 20%. Outra medida foi o cadastramento de 165.000 pessoas com deficiência. Ontem, foi cancelado o cadastro de 35.000 pessoas que não apareceram para



atualizarem seus cadastros. Com isso, há uma diminuição do subsídio e economia para o governo, que pode direcionar esse recurso para outras áreas prioritárias, tais como saúde, educação, segurança pública ou, mesmo, mobilidade urbana. Relatou ainda, sobre as tarifas que, em 2015, foram para R\$2,25 (circular interna)/ R\$3,00 (ligações curtas)/ R\$4,00 (metrô/longas/integração) e em 2017 foram para R\$2,50/R\$3,50/R\$5,00. A passagem de R\$5,00 é a integração, onde você tem até 3 horas e pode pegar até 03 modos de transporte e já percebido o aumento de viagens nesse valor e ela que traz economia, sendo a tarifa máxima do Distrito Federal. O usuário sai de Brazlândia e vai até Planaltina com uma tarifa hoje de R\$5,00. As passagens saltaram de R\$1,50; R\$2,50 e R\$3,00 em 2006 para R\$2,50; R\$3,50 e R\$5,00 respectivamente em 2017, **tendo a maior diferença em 66,67%, sendo que o reajuste da inflação foi de 90,91% e com isso os aumentos tarifários foram abaixo da inflação, ou seja, todos os reajustes foram abaixo da inflação.** Com essas medidas, adotadas e implantadas, não temos a previsão de reajuste para o ano de 2018, afirmou o Sr. Presidente. O Sr. Presidente mostrou uma comparação das tarifas urbanas (Capitais) com a tarifa de Brasília-DF e que, atualmente, estamos longe das tarifas mais caras. Já na comparação das tarifas metropolitanas, estávamos em 3º, mas com certeza já estamos mais pra baixo, pois Belo Horizonte teve dois reajustes. O Sr. Presidente relata sobre os subsídios em 2014, em que ainda estava presente o sistema antigo, o governo ainda gastou quase 350 milhões de subsídios. O BRT entrou em operação, daí as gratuidades subiram, com crescimento do PLE e queda do PNE e assim foram gastos 566 milhões de subsídios. Em 2016 houve queda do complemento tarifário, aumentando o número de estudantes e de pessoas com deficiência e, assim, o subsídio foi de R\$606 milhões. Com isso, as medidas de controle das gratuidades foram implantadas, e teve reflexo em 2017. A queda do complemento tarifário reduziu o PLE. O PNE, apesar de leve crescimento em relação a 2016, ainda não tem o reflexo da biometria. Somente o reflexo do recadastramento e, com isso, a expectativa é de queda no subsídio em torno de 435 milhões de subsidio em 2018. A política de combate a fraudes nas gratuidades vem dando resultado no ano de 2017, e bastante expressivo em 2018. A conselheira Renata pergunta como encontrar no orçamento do GDF o pagamento das gratuidades e do complemento tarifário. O Sr. Presidente explica que no QDD (Quadro Demonstrativo de Despesas) tem especificado as despesas com o passe livre estudantil, com pessoas com deficiência e do complemento tarifário. Os subsídios chegaram a 50% do custo do sistema, hoje já caímos para 43%. O ideal é chegar a 30%, ressaltando que a gratuidade do idoso não entra na conta, pois trata-se de uma Lei Federal. A conselheira Renata disse que, de fato, a questão das fraudes tem que ser reduzida, mas questiona sobre a questão do complemento tarifário com a justificativa de que alguém tem que pagar a conta. O Sr. Presidente disse que foi necessário fazer isso para que se tivesse uma desoneração grande no complemento tarifário, pois estava crescendo num patamar que hoje a despesa com os subsídios poderia estar em 70%. Por isso, foi preciso fazer uma equalização para chegar num patamar razoável. Ele informou, ainda, que já está estimado o reajuste em contrato e que não prevê reajuste na tarifa usuário. Outra política a ser adotada é quanto as pessoas com deficiências que têm até 8 acessos diários, mas já terão os cartões divididos para aqueles que precisam de acompanhante, que também


tem direito a 8 acessos diários. A busca hoje é pela diminuição das gratuidades do PNE e PLE em 30%, esse percentual reflete diretamente em não ter aumento tarifário para o usuário. O governo consegue subsidiar este percentual sem aumento, tendo um sistema equilibrado. O conselheiro João Osório disse que a fala da colega (conselheira Renata) é muito boa e não é em choque com sua fala do Sr. Presidente, entretanto, é necessário saber o custo do sistema e torná-lo o mais eficiente possível. Mas há que se registrar que existe uma outra vertente de pensamento de que o Governo um dia venha a subsidiar 100% do sistema, sendo que a discussão seria qual a fonte pagadora disso. O Sr. Presidente deu um exemplo dizendo que se o Ministério da Educação fizer uma transferência de 200 milhões, o Governo não conseguirá subsidiar 100%, mas pode pegar a metade desse valor e diminuir o subsídio e a outra metade interferir no complemento tarifário e assim diminuir a tarifa do usuário. O conselheiro João Osório comenta ser necessário levantar essa bandeira, havendo concordância do Presidente, que outras bandeiras estão sendo levantadas, como a CIDE. O conselheiro Nazareno defende que se deve ter uma política de estacionamento e a conselheira Renata informa que quando tiver estacionamentos rotativos em Brasília, o dinheiro seguirá direto para o IPREV. O conselheiro Nazareno falou sobre a violência no trânsito, do qual querem pegar 30% das multas de trânsito e destiná-las ao Ministério da Saúde, quando na verdade afirma o Sr. Presidente que deveria vir para o transporte. O conselheiro Nazareno continua dizendo que a redução da violência não é nem o aumento do carro, afinal o que mais tem acontecido é o aumento de veículos nas ruas. O Sr. Presidente informou que a redução foi de 33%, desde a implantação do programa Paz no Trânsito, o número de mortes tem caído muito em Brasília. Isso se deve também a redução de velocidade. Mais carro não significa mais acidentes. O Sr. Presidente informou que caímos de 630 mortes para 228 em 2017. A conselheira Michelle diz que devido aos congestionamentos, os usuários buscam vias alternativas e essas muitas vezes não estão preparadas para receber o fluxo de automóveis, como a falta do controle de velocidade, por exemplo. Isso ocasiona acidentes, ou seja, só muda o lugar do acidente. O conselheiro Dourado informa que no metrô o número de acidentes é zero e teve de 2015 até os dias de hoje 02 suicídios que não são divulgados justamente para não incentivar, conforme orientação do protocolo internacional. **O Sr. Presidente finaliza os esclarecimentos acerca dos reajustes da tarifa-usuário 2015/2017 e submete a aprovação dos Conselheiros, que aprovaram por unanimidade.** O Sr. Presidente pergunta se os membros do Conselho têm sugestões de temas para as pautas das próximas reuniões: O conselheiro Dourado sugeriu apresentar o PDTT; o conselheiro Nazareno sugeriu sobre o IQT e, com isso, o Sr. Presidente sugeriu apresentar o Relatório da FGV, que já inclui o IQT; o conselheiro Nazareno sugere apresentar o estudo feito dos últimos 10 anos do sistema de transporte público do Distrito Federal e o Sr. Presidente diz que pode ser um tema para a reunião de Julho/2018; o conselheiro Dourado pede que o tema sobre estacionamento possa entrar na pauta em algum momento também. O Sr. Presidente propôs que em Junho/2018 sejam apresentados o Relatório Final da FGV, com o IQT, e o PDTT. O conselheiro Dourado sugeriu, ainda, a pauta sobre sustentabilidade ambiental no sistema. O conselheiro Clístones sugeriu um tema sobre como o sistema produtivo pode auxiliar na adoção do sistema de transporte. O Sr. Presidente sugeriu que ele marcasse uma agenda


com o Sr. Valdir, via FIBRA, para que possa ser discutido todo esse modelo, sobre o Incentivo ao Transporte por parte dos empresários, em relação, ao bilhete único e ao vale transporte. A Secretaria, por sua vez, buscará alternativas para levar o transporte público coletivo aos trabalhadores. O conselheiro João Osório sugeriu que, após 03 anos sem reunião do Conselho, fosse apresentado pela SEMOB o que já foi feito e o que tem programado para fazer na área de mobilidade urbana do DF. O Sr. Presidente concordou e afirmou faria já na próxima reunião (Junho/18) um apanhado geral do que foi feito nos últimos 3 anos, o relatório da FGV e o PDTT, se der tempo. O conselheiro Clístones perguntou se houve alteração no Regimento Interno. O Sr. Presidente informou que ele foi revogado e que a minuta do novo regimento interno seria enviada via e-mail conforme dito no início da reunião. O conselheiro Evis sugeriu como tema a questão do Transporte Irregular de Passageiros e o Sr. Presidente considerou uma pauta importante, e sugeriu que fosse convidado para a próxima reunião o Batalhão de Trânsito para auxiliar nessa questão. O Sr. Presidente solicitou que fosse repassado para ele denúncia e fotos para que seja acionada SUFISA da SEMOB. O Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 12h10.

  
**FÁBIO NEY DAMASCENO**  
Presidente do CTPC

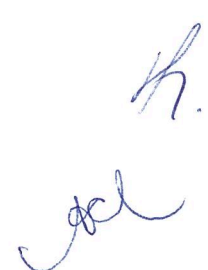
  
**EDSON JOSÉ VIEIRA**  
Membro titular da SINESP

  
**EMERSON FREDERICO DE  
REZENDE ESTEVES**  
Membro titular do DETRAN/DF

  
**MARCELO CONTREIRAS DE  
ALMEIDA DOURADO**  
Membro titular METRÔ/DF

  
**EVIS PERES DOS REIS**  
Membro titular da Associação de  
Cooperativas

  
**MOISÉS DE LIMA E SILVA**  
Membro suplente do TRANSIT



*Clístones Livio Pedreira*  
**CLÍSTONES LIVIO PEDREIRA**  
Membro titular da FIBRA

*Matheus de Paula Freitas*  
**MATTEUS DE PAULA FREITAS**  
Membro suplente do CNT

*Ana Cláudia Nunes Fialho*  
**ANA CLÁUDIA NUNES FIALHO**  
**RIBEIRO**  
Membro suplente dos Idosos

*Michelle Andrade*  
**MICHELLE ANDRADE**  
Membro suplente da UNB

*Renata Florentino de Faria*  
**RENATA FLORENTINO DE FARIA**  
1º membro titular da Comunidade

*Nazareno Sposito Neto*  
**NAZARENO SPOSITO NETO**  
**STANISLAU AFFONSO**  
2º membro titular da Comunidade

*João Osório da Silva*  
**JOÃO OSÓRIO DA SILVA**  
Membro titular da SITRATTER

**DAVI DE SOUZA GUEDES DA**  
**SILVA**  
Membro suplente das entidades  
dos Portadores de Doenças  
Crônicas

*de Souza Guedes*

*Ana Carolina Favilla Coimbra*  
**ANA CAROLINA FAVILLA COIMBRA**  
Membro suplente da SEGETH